

Natureza do pós-Colonialismo: do Eurocentrismo ao globocentrismo	Titulo
Coronil, Fernando - Autor/a;	Autor(es)
A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas	En:
Buenos Aires	Lugar
CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales	Editorial/Editor
2005	Fecha
	Colección
Neoliberalismo; PostColonialismo; Colonialismo; Imperialismo; Globalizacion; Cultura; Historia; Capitalismo; Eurocentrismo;	Temas
Capítulo de Libro	Tipo de documento
http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624095004/7_Coronil.pdf	URL
Reconocimiento-No comercial-Sin obras derivadas 2.0 Genérica http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/2.0/deed.es	Licencia

Segui buscando en la Red de Bibliotecas Virtuales de CLACSO
<http://biblioteca.clacso.edu.ar>

Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO)
Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO)
Latin American Council of Social Sciences (CLACSO)
www.clacso.edu.ar



Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales
Conselho Latino-americano de Ciências Sociais
Latin American Council of Social Sciences



Natureza do pós-colonialismo: do eurocentrismo ao globocentrismo¹

Fernando Coronil*

É SURPREENDENTE, particularmente do ponto de vista da experiência latino-americana, que o crescente campo acadêmico de estudos pós-coloniais nos centros metropolitanos se tenha destacado basicamente por trabalhos sobre o colonialismo norte-europeu na Ásia e na África. Apesar de a colonização européia nas Américas ter envolvido Espanha, Portugal, França, Holanda e Inglaterra e ter estabelecido parâmetros para sua expansão posterior na Ásia e na África, só se lhe dedica um espaço tangencial no campo de estudos pós-coloniais. A América Latina e o Caribe, como objetos de estudo e como fontes de conhecimento sobre o (pós) colonialismo, estão ausentes ou ocupam um lugar marginal em seus debates e textos centrais. Esta exclusão também conduziu a uma notável ausência do imperialismo nos estudos pós-coloniais, assunto central para os pensadores latino-americanos, que desde a independência no século XIX prestaram atenção especial às formas persistentes de submissão imperial pós-colonial. Estão relacionadas entre si estas duas ausências, a das Américas e a do imperialismo? Ambos os silêncios dizem muito sobre as políticas ocidentais do conhecimento e convidam a explorar a maneira como a teoria se difunde e a discernir como se estabelecem novas modalidades de colonização de conhecimento em diferentes regiões e disciplinas acadêmicas. Neste artigo não quero explicar este silenciamento das Américas, e sim desafiá-lo através de uma discussão sobre as transformações do capitalismo no início de um novo milênio.

Em suas “Confissões”, Santo Agostinho sugeriu que é apenas no final da vida que se pode apreender seu significado. O discurso de moda acerca do fim da história, do socialismo, até mesmo do capitalismo –ou ao menos o anunciado desaparecimento de sua conhecida forma industrial e o nascimento de uma era pós-industrial baseada na informática e na desmaterialização da produção– sugere que o novo milênio esteja gerando fantasias inspiradas numa crença similar. Coincidindo com o fim do socialismo como alternativa real de futuro, ou ao menos com o desaparecimento do socialismo realmente existente em muitos países, a ordem capitalista aparece no novo milênio como a única forma de sociedade viável e, portanto, como o horizonte possível para sonhos de realização pessoal e esperanças de redenção coletivas.

De todas estas fantasias milenares, o discurso sobre a globalização das instituições financeiras e corporações transnacionais evoca com uma força particularmente sedutora o advento da nova era. Sua imagem da globalização traz à mente o sonho de uma humanidade não dividida entre Oriente e Ocidente, Norte e Sul, Europa e seus outros, ricos e pobres. Como se estivesse animada por um desejo milenar de apagar as cicatrizes de um passado conflitivo ou de fazer com que a história atinja um fim harmonioso, este discurso promove a crença de que as diversas histórias, geografias e culturas que dividiram a humanidade estão-se unindo no cálido abraço da globalização, entendido este como um processo progressivo de integração planetária².

Cabe dizer que os discursos da globalização são múltiplos e estão muito longe de serem homogêneos. Os relatos mais matizados desautorizam a imagem estereotipada da emergência de uma aldeia global, popularizada pelas corporações, pelos Estados metropolitanos e pelos meios de comunicação. Essas versões alternativas sugerem que a globalização não é um fenômeno novo, mas sim a manifestação intensificada de um antigo processo de intensificação do comércio transcontinental, de expansão capitalista, colonização, migrações mundiais e intercâmbios transculturais. Do mesmo modo, sugerem que sua atual modalidade neoliberal polariza, exclui e diferencia, mesmo quando gera algumas configurações de interação translocal e de homogenização cultural. Para seus críticos, a globalização neoliberal é implosiva ao invés de expansiva, conecta centros poderosos a periferias subordinadas. Seu modo de integração é fragmentário ao invés de total. Constrói semelhanças sobre uma base de assimetrias. Em suma, unifica dividindo. Em vez da reconfortante imagem da aldeia global, oferece, de diferentes perspectivas e com diferentes ênfases, uma visão inquietante de um mundo fraturado e dividido por novas formas de dominação³.

Mantendo um diálogo com estas fantasias milenares acerca de uma harmonia global, assim como com os relatos que as enfrentam, quero sugerir que a atual fase de globalização implica uma reconfiguração da

ordem mundial capitalista e uma reorganização concomitante da cartografia geopolítica e cultural da modernidade. Apesar de eu também me sentir atraído pelo desejo de oferecer uma interpretação do capitalismo de final do milênio, explorarei sua vida não tanto fazendo uma recapitulação de sua biografia a partir da perspectiva do presente, como sugere Santo Agostinho, e sim apontando sua atual configuração e especulando sobre seu futuro à luz de seu escuro passado. Este breve rascunho será muito seletivo, para pintar com pinceladas amplas uma imagem da dinâmica atual do capitalismo.

Para pintar esta imagem tal como aparece durante o início de um novo milênio, estabelecerei alguns vínculos entre o passado colonial em que o capitalismo se desenvolveu e o presente imperial dentro do qual a globalização pôde estabelecer seu predomínio. Desnecessário dizer que assumo certos riscos ao falar do capitalismo no singular, como se se tratasse de uma entidade homogênea e limitada, em vez de um processo complexo que adquire diversas configurações em distintas áreas. Diante do perigo de diluí-lo em sua diversidade, prefiro correr o risco de oferecer o que talvez não passe de uma caricatura do capitalismo, com a esperança de que isso ao menos nos ajude a reconhecer suas características essenciais e sua emergente configuração.

Através de uma discussão sobre a cambiante relação do capitalismo com a natureza, quero oferecer o argumento de que a globalização neoliberal implica uma redefinição da relação entre o Ocidente e seus outros, o que leva a uma mudança do eurocentrismo ao que aqui chamo de “globocentrismo”. Em outro artigo, referi-me ao “ocidentalismo” como um “conjunto de práticas representacionais que participam da produção de concepções do mundo que 1) dividem os componentes do mundo em unidades isoladas; 2) desagregam suas histórias de relações; 3) convertem a diferença em hierarquia; 4) naturalizam essas representações e 5) intervêm, ainda que de forma inconsciente, na reprodução das atuais relações assimétricas de poder” (Coronil, 1999: 214). Estas modalidades de representação, estruturadas em termos de oposições binárias, mascaram a mútua constituição da “Europa” e suas colônias, e do “Ocidente” e suas pós-colônias. Ocultam a violência do colonialismo e do imperialismo sob o manto embelezador das missões civilizatórias e planos de modernização. Em vez do eurocentrismo dos discursos ocidentalistas anteriores, que opera através do estabelecimento de uma diferença assimétrica entre o Ocidente e seus outros, o “globocentrismo” dos discursos dominantes da globalização neoliberal esconde a presença do Ocidente e oculta a forma pela qual este continua dependendo da submissão tanto de seus outros quanto da natureza. Neste artigo, meu esforço de explorar a relação cambiante do capitalismo com a natureza tenta ajudar a desmistificar as modalidades emergentes do domínio imperial que ocultam a persistente submissão e exploração dos seres humanos e da natureza.

I. A natureza e o ocidentalismo

Reconhecer o papel da natureza no capitalismo expande e modifica as referências temporais e geográficas que delimitam as narrativas dominantes da modernidade. Marx afirmou que a relação entre capital/lucro, trabalho/salário e terra/renda da terra “engloba todos os segredos do processo social de produção” (1971: 754). Como se desejasse evocar simultaneamente um mistério celestial e sua solução terrenal, chamou esta relação de “fórmula trinária”. No entanto, poucos analistas, incluindo Marx, aplicaram esta fórmula à resolução do enigma do papel da “terra” no capitalismo. Vendo o capitalismo da Europa, Lefebvre (1974) é excepcional ao levar em consideração este esquecimento e especular acerca do papel dos agentes sociais associados com a terra, incluindo o Estado, na aparição do capitalismo europeu⁴.

Uma visão do capitalismo de suas bordas permite enfrentar este esquecimento. Ao focar a relação constitutiva entre o capitalismo e o colonialismo, esta perspectiva ajuda a modificar a compreensão convencional da dinâmica e a história do capitalismo em dois aspectos fundamentais. Em primeiro lugar, oferece uma maior compreensão do papel da natureza no processo da formação de riqueza; em segundo, amplia os agentes do capitalismo não somente dentro da Europa, mas em todo o mundo.

Incluir a terra na dialética capital/trabalho permite-nos reconhecer que o processo da criação de riqueza envolve um intercâmbio transformativo entre os seres humanos e o mundo natural do qual formam parte. A partir desta perspectiva, pode-se apreciar mais amplamente o papel da natureza como uma força geradora de riqueza e de modernidade, sem reduzi-la, como faz a economia convencional, a um fator de produção. Mesmo de uma perspectiva marxista existe a tendência a desconsiderar o significado de sua materialidade como fonte de riqueza, e vê-la apenas como uma condição necessária para a existência do capital, uma limitação para seu crescimento, ou uma fonte de entropia⁵. O mesmo Marx, que reconhece o papel da

natureza na criação da riqueza, não desenvolve cabalmente esta idéia em suas análises da produção capitalista e expressa certa ambivalência a seu respeito. Por um lado, baseando-se em Petty, ele diz numa parte de *O Capital* que pouca atenção recebeu, que a riqueza deve ser vista como a união do trabalho, “o pai”, e a natureza, “a mãe” (Marx, 1967: 43). No entanto, numa outra seção merecedora de muita atenção, Marx sustenta que as propriedades físicas das mercadorias “não têm nada a ver com sua existência como mercadoria” (1967: 72). No meu ponto de vista, a materialidade das mercadorias é inseparável de sua capacidade para constituir e representar a riqueza. Como unidade de riqueza, a mercadoria encarna tanto sua forma natural como sua forma de valor. Apesar de suas diferentes modalidades, a exploração capitalista implica a extração do trabalho excedente (mais-valia) dos trabalhadores bem como das riquezas da terra (Coronil, 1997: 56-66). A exploração social é inseparável da exploração natural, de sentido distinto mas de fundamental relevância.

Como para Marx “terra” significa “natureza” em sua materialidade socializada em vez de em sua existência material independente, trazer a natureza ao centro da discussão ajuda a re-situar os atores sociais diretamente associados a seus poderes. Em vez de restringir esses agentes a senhores feudais em vias de desaparecer, ou a latifundiários em decadência (a ênfase em *O Capital*), estes podem ser ampliados para abarcar as populações e instituições que dependem da mercantilização do que chamei de bens “intensivos de natureza”, incluindo os Estados que possuem recursos naturais ou que regulamentam sua comercialização. Esta visão mais ampla dificultaria reduzir o desenvolvimento do capitalismo a uma dialética binária entre o capital e o trabalho que se realiza nos centros metropolitanos e que se estende à atrasada periferia. Reconhecer que a “fórmula trinária” implica não uma dialética binária entre o trabalho e o capital e sim uma dialética tripla entre o *trabalho*, o *capital*, e a *terra*, situa o desenvolvimento do capitalismo dentro de condições evidentemente globais desde o início. Da mesma maneira, torna mais visível uma gama mais ampla de relações econômicas e políticas e ajuda, além do mais, a conceitualizar a divisão internacional do trabalho como uma divisão simultânea da natureza.

Esta inclusão dos distintos agentes mundiais envolvidos no desenvolvimento do capitalismo ajuda a desenvolver uma narrativa descentralizada da história. Desde tempos coloniais, a “periferia” tem sido uma fonte principal tanto de riquezas naturais como de trabalho barato. A questão agora é ver se esta situação deixou de existir como tal, ou se se manifesta através de condições distintas.

Uma visão “aterrissada”⁶ que complementa a reconhecida importância do trabalho com o descuidado mas inescapável papel da natureza na formação do capitalismo, ao ampliar seus agentes e tornar mais complexa sua dinâmica, descentraliza as concepções eurocêntricas que identificam a modernidade com a Europa e relegam a periferia a um primitivismo pré-moderno. Integrar a “terra” à relação capital/trabalho ajuda a compreender os processos que deram forma à constituição mútua da Europa e suas colônias. Em vez de uma narrativa da história construída em termos de uma oposição entre uma Europa moderna que triunfou por seu próprio esforço e uma periferia mergulhada em sua cultura atrasada, esta mudança de perspectiva permite-nos apreciar mais cabalmente o papel da natureza (neo) colonial e do trabalho na mútua formação transcultural das modernidades metropolitanas e subalternas (Coronil, 1995; 1997).

Este enfoque do papel da natureza na formação do capitalismo converge com o esforço de interpretar sua história a partir das bordas, em vez de a partir de seus centros. Nesta perspectiva, o capitalismo parecerá mais antigo e menos atraente⁷. Poderemos situar seu “nascimento” e evolução não na Europa, onde a historiografia dominante o restringiu, mas nas já globalizadas interações entre a Europa e seus *outros* coloniais. Esta trajetória maior exige que se reescreva sua biografia para dar conta de sua dinâmica global e sua violência intrínseca. Como se se levantassem as camadas superpostas de um palimpsesto, recuperar esta história trará à superfície as cicatrizes do passado, escondidas pela maquiagem das histórias seguintes, e tornará mais visíveis também as feridas ocultas do presente.

Um enfoque que privilegia a relação constitutiva entre o capitalismo e o colonialismo nos permite reconhecer os papéis fundamentais que o trabalho e a natureza colonial desempenharam na formação do mundo moderno. Desta perspectiva, o capitalismo aparece como o produto não só da engenhosidade de empresários e inventores europeus, da racionalidade dos Estados metropolitanos, ou do suor do proletariado europeu, mas também da criatividade, do trabalho e da riqueza natural sob o controle dos europeus em seus territórios de ultramar. Em vez de vê-lo como um fenômeno europeu autogerado que se difunde ao resto do mundo —a história comum de seu nascimento dentro das entranhas de uma sociedade feudal, seu crescimento dentro dos limites da Europa, e sua expansão no estrangeiro— a modernidade capitalista aparece como o resultado desde seus primórdios de transações transcontinentais cujo caráter verdadeiramente global só começou com a conquista e colonização das Américas.

As colônias da Europa, primeiro na América e mais tarde na África, forneceram-lhe mão-de-obra, produtos agrícolas e recursos minerais. Igualmente, apresentaram à Europa uma variedade de culturas em contraposição às quais a Europa concebeu a si mesma como o padrão da humanidade –como portadora de uma religião, uma razão e uma civilização superiores encarnadas pelos europeus. À medida que a noção espanhola de “pureza de sangue” deu lugar nas Américas a distinções entre raças superiores e inferiores, esta superioridade se plasmou em distinções biológicas que foram fundamentais para a autodefinição dos europeus e que continuam presentes nos racismos contemporâneos⁸. Assim como as plantações das Américas, operadas por escravos africanos, funcionaram como fábricas proto-industriais que precederam aquelas estabelecidas em Manchester ou em Liverpool com mão-de-obra europeia assalariada (Mintz, 1985), as colônias americanas prefiguraram as estabelecidas na África e Ásia durante a era do alto imperialismo.

Nesta perspectiva, o colonialismo é o lado escuro do capitalismo europeu; não pode ser reduzido a uma nota de rodapé em sua biografia. A “acumulação primitiva” colonial, longe de ser uma pré-condição do desenvolvimento capitalista, foi um elemento indispensável de sua dinâmica interna. O “trabalho assalariado livre” na Europa constitui não a condição essencial do capitalismo, mas sua modalidade produtiva dominante, modalidade historicamente condicionada pelo trabalho “não-livre” em suas colônias e em outros lugares, tal como o atual trabalho produtivo dos trabalhadores assalariados depende do trabalho doméstico, “não-produtivo” das mulheres no âmbito doméstico. Em vez de perceber a natureza e o trabalho das mulheres como “presentes” ao capital (ver uma crítica de Salleh, 1994: 113), devem ser vistos como confiscos do capital, como parte de seus outros colonizados, como seu lado escuro. Qual é o lado escuro da globalização?

II. A globalização e o ocidentalismo

Muita discussão tem havido acerca da globalização, suas origens, suas diferentes fases e suas características atuais. Parece existir um certo consenso de que o que diferencia a fase atual da globalização não é o volume de comércio transnacional e o fluxo de capital, já que estes ocorreram em proporções similares em outros períodos, particularmente durante as três décadas anteriores à Primeira Guerra Mundial (Hoogvelt, 1997; Weiss, 1998). O que parece significativamente novo desde a década de 70 é que uma mudança na concentração e no caráter dos fluxos financeiros (possibilitados por novas tecnologias de produção e comunicação) levou a uma peculiar combinação de novas formas de integração global com uma intensificada polarização social dentro das nações e entre as mesmas.

Utilizarei dois relatórios excepcionais sobre a globalização como base para uma discussão destas transformações. Escolhi-os porque são trabalhos dirigidos ao público baseados numa ampla documentação sobre as tendências atuais da economia mundial, mas com conclusões e objetivos contrastantes. Com perspectivas claramente divergentes, esses documentos apontam uma imagem similar da atual fase da globalização, com sete características sobressalentes.

O primeiro é um relatório recente (1997) da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), que registra o crescimento das desigualdades mundiais. O relatório descreve “características problemáticas” da economia global contemporânea e expressa preocupação de que se possam transformar numa ameaça séria de ação política violenta contra a globalização. Assinalá-las-ei brevemente, sem resumir a evidência que lhes serve de apoio:

- Índices baixos de crescimento da economia global.
- A brecha entre países desenvolvidos e os não desenvolvidos, assim como no interior de cada país, torna-se cada vez maior (como evidência, o relatório oferece estatísticas reveladoras: em 1965 o PIB médio *per capita* dos 20% mais ricos da população mundial era trinta vezes maior que o dos 20% mais pobres; em 1990 esta diferença tinha duplicado, passando a sessenta vezes).
- Os ricos ganharam em todos os lugares, e não só em relação aos setores mais pobres da sociedade, mas também em relação à sacrossanta classe média.
- O setor financeiro ganhou uma supremacia sobre a indústria, e os rentistas sobre os investidores.
- A participação do capital na renda nacional aumentou em relação à parcela relativa ao trabalho.
- A insegurança na renda e no trabalho estende-se a todo o mundo.
- A brecha crescente entre o trabalho especializado e o não especializado está-se convertendo num

problema mundial.

O segundo documento, intitulado “La IV Guerra Mundial ha comenzado” é um artigo escrito nas montanhas de Chiapas, México, pelo Subcomandante Marcos (1997), líder do movimento zapatista indigenista (EZLN, Exército Zapatista de Libertação Nacional), publicado no *Le Monde diplomatique*. Segundo Marcos, a globalização neoliberal deve ser reconhecida como uma “nova guerra de conquista de territórios”. Desta maneira, cria uma nova tipologia das guerras mundiais do século vinte que descentraliza as concepções metropolitanas da história contemporânea. Marcos chama a Guerra Fria de III Guerra Mundial, tanto no sentido de que foi uma Terceira Guerra Mundial quanto no de que se lutou no Terceiro Mundo. Para o Terceiro Mundo, a Guerra Fria foi realmente uma guerra quente, formada por 149 guerras localizadas que produziram 23 milhões de mortes⁹.

A IV Guerra Mundial é a atual globalização neoliberal que, segundo Marcos, está ceifando as vidas de um enorme número de pessoas submetidas a uma pobreza e a uma marginalização crescentes. Enquanto a III Guerra Mundial foi travada entre o capitalismo e o socialismo com diferentes graus de intensidade em territórios do Terceiro Mundo dispersos e localizados, a IV Guerra Mundial implica um conflito entre os centros financeiros metropolitanos e as maiorias do mundo, e se leva a cabo com uma constante intensidade em escala mundial em espaços difusos e cambiantes.

De acordo com Marcos, a IV Guerra Mundial fraturou o mundo em múltiplos pedaços. Ele seleciona sete desses pedaços de maneira a montar o que chama de “quebra-cabeças” da globalização neoliberal. Farei uma lista breve deles –alguns dos títulos explicam-se por si mesmos– omitindo quase todos os dados que ele oferece como apoio de suas afirmações.

1. “Concentração da riqueza e distribuição da pobreza”, que resume informação bem conhecida sobre o grau no qual a riqueza global se polarizou mundialmente.
2. “A globalização da exploração”, que se refere a como essa polarização anda de mãos dadas com o crescente domínio do capital sobre o trabalho em âmbito mundial.
3. “A migração como um pesadelo errante”, que revela não apenas a expansão dos fluxos migratórios impostos pelo desemprego no Terceiro Mundo, mas também pelas guerras locais que multiplicaram o número de refugiados (de 2 milhões em 1975 a mais de 27 milhões em 1995, de acordo com cifras das Nações Unidas).
4. “A globalização das finanças e a generalização do crime”, que mostra a crescente cumplicidade entre os megabancos, corrupção financeira e dinheiro sujo proveniente do tráfico ilegal de drogas e armas.
5. “A violência legítima de um poder ilegítimo?”, que responde a esta pergunta com o argumento segundo o qual o *strip tease* do Estado e a eliminação de suas funções de assistência social reduziram-no em muitos países a um agente de repressão social, transformando-o numa agência ilegal de proteção a serviço das megaempresas.
6. “A megapolítica e os anões”, que argumenta que as estratégias dirigidas à eliminação das fronteiras do comércio e à unificação das nações conduzem à multiplicação das fronteiras sociais e à fragmentação das nações, transformando a política num conflito entre “gigantes” e “anões”, ou seja, entre a megapolítica dos impérios financeiros e a política nacional dos Estados fracos.
7. “Focos de resistência”, que argumenta que, em resposta aos focos de riqueza e poder político concentrados, estão surgindo focos crescentes de resistência cuja riqueza e força residem, em contraste, em sua diversidade e dispersão.

Apesar de suas perspectivas contrastantes, ambos os relatos vêem a globalização neoliberal como um processo posto em marcha por forças do mercado crescentemente não reguladas e móveis, o qual polariza as diferenças sociais tanto entre as nações como dentro delas mesmas. Enquanto a brecha entre nações ricas e pobres, assim como entre os ricos e os pobres, se torna maior em todos os lugares, a riqueza global se está concentrando cada vez mais em menos mãos, incluindo as das elites subalternas. Nesta nova paisagem global, nem os “ricos” podem ser identificados exclusivamente com as nações metropolitanas, nem os “pobres” com o terceiro e segundo mundos. A maior interconexão dos setores dominantes e a marginalização das maiorias subordinadas erodiu a coesão destas unidades geopolíticas.

Apesar de também causar impacto nas nações metropolitanas¹⁰, tal erosão de vínculos coletivos no âmbito nacional debilita mais severamente os países do Terceiro Mundo, assim como os países ex-socialistas do moribundo Segundo Mundo (a China merecendo atenção à parte). Especialmente nos países

de menos recursos ou menos povoados, os efeitos polarizantes do neoliberalismo se agudizam por um crescente processo de expatriação do capital, desnacionalização das indústrias e serviços, fuga de cérebros e intensificação dos fluxos migratórios em todos os níveis. A privatização da economia e dos serviços públicos, ou o que Marcos denomina o *strip tease* do Estado, conduziu não apenas à redução da ineficiência burocrática e em alguns casos a um aumento na produtividade e competitividade, mas também ao desaparecimento dos projetos de integração nacional e à erosão ou, ao menos, à redefinição de vínculos coletivos. As tensões sociais resultantes destes processos com frequência conduzem à racialização do conflito social e ao surgimento de etnicidades (Amin, 1997).

Por exemplo, a repressão na Venezuela durante os protestos de 1989 contra o alto custo de vida e de um programa do FMI imposto pelo governo de Carlos Andrés Pérez justificou-se em termos de um discurso civilizatório que pôs em evidência a presença subjacente de preconceitos raciais num país que se orgulha de definir-se, ao menos no discurso das elites, como uma democracia racial (Coronil e Skurski, 1991). Desde então, o ideal de igualdade racial foi erodido por uma crescente segregação e discriminação, incluindo incidentes aparentemente triviais que demonstram como as fronteiras raciais se estão redefinindo, tais como a exclusão de pessoas de pele escura das discotecas de classe média ou alta. O mesmo processo com expressões similares se está dando no Peru, onde a Corte Suprema recentemente legislou a favor dos direitos de um clube que excluía peruanos de pele escura. Um segundo exemplo ilustra como a globalização neoliberal pode promover “crescimento econômico” e ao mesmo tempo corroer o sentido de pertencimento nacional. Na Argentina, a privatização da companhia nacional de petróleo provocou demissões massivas (a folha de 5000 trabalhadores foi reduzida a 500 trabalhadores), assim como um aumento significativo nos lucros (de um prejuízo de u\$s 6 bilhões entre 1982 e 1990 a um lucro de u\$s 9 milhões em 1996). Esta combinação de crescimento econômico em focos privatizados e de desemprego e marginalização, transformou a maneira pela qual muitos argentinos se relacionam com seu país. Um dos trabalhadores que foi demitido da empresa de petróleo expressa esse sentimento de alienação de uma nação que lhe oferece poucas oportunidades: “Antes ia acampar ou pescar; agora escuto que Ted Turner está aqui, Rambo ali, o Exterminador do futuro em outro lugar, e digo a mim mesmo: não, esta não é a minha Argentina” (*The New York Times*, janeiro de 1998).

Uma resposta comum dos setores subordinados à sua marginalização do mercado globalizado é sua crescente participação numa economia local “informal”, a qual, em alguns aspectos, reproduz a dinâmica especulativa que Susan Strange chama de *casino capitalism* (1986). A proliferação de intrigas e estratégias para fazer dinheiro com o dinheiro, bem como os esforços para transformar em mercadoria qualquer coisa que possa ser vendida, converteram-se não só em práticas econômicas regulares, mas em estratégias agônicas de sobrevivência. Para muitos dos que se encontram à mercê das forças de mercado e têm pouco a vender, o “mercado” toma a modalidade de comércio de drogas, contrabando, exploração sexual, comércio de mercadorias roubadas e até de de órgãos humanos. Compreensivelmente, este capitalismo anômico é freqüentemente acompanhado de um discurso sobre a “crise”, o aumento de pânico morais e a ação de meios mágicos para fazer dinheiro em economias “ocultas” (Comaroff e Comaroff, 1999; Verdery, 1996). Para estes setores marginalizados, a aparentemente ilimitada mercantilização da vida social unida às limitações estruturais no mercado de trabalho faz com que o mundo pareça cada vez mais arriscado e ameaçador.

Em contraste, para os setores empresariais cujo negócio é fazer dinheiro a partir dos riscos, a expansão não regulada do mercado converte o mundo numa “paisagem de oportunidades”. Da perspectiva de uma globalidade empresarial, alguns países do mundo são vistos como fontes de trabalho barato e de recursos naturais. O controle corporativo de tecnologias altamente sofisticadas permite às companhias intensificar a conversão da natureza em mercadoria e capturar para o mercado novos elementos, tais como materiais genéticos ou plantas medicinais. Um exemplo chamativo ilustra como as novas tecnologias tornam possível a intensificação da apropriação da natureza em áreas tropicais para um mercado cada vez mais exclusivo. No Gabão, por meio de uma mistura de dirigível e balsa, utilizado para explorar as copas das árvores nas selvas tropicais, Givaudan e Roure, uma das principais corporações do *big business* dos perfumes e sabores, apropria-se dos aromas naturais e vende seus componentes a companhias como Balmain, Christian Dior e Armani. “Na medida em que a natureza em climas mais frios foi totalmente explorada, a busca por novas moléculas se trasladou aos trópicos” (Simons, 1999: 59)¹¹. As tecnologias avançadas também podem ser utilizadas não só para descobrir produtos naturais, mas para criar outros novos, transformando a natureza no que Escobar chama de “tecnonatureza” (1997). Ao mesmo tempo em que estes produtos naturais feitos pelo homem apagam a distinção entre o natural e o cultural, também ampliam o significado da natureza como fonte de mercado.

Para muitas nações a integração de suas economias ao livre mercado global conduziu a uma maior

dependência da natureza e a uma erosão dos projetos estatais de desenvolvimento nacional. A natureza, em sua forma tradicional ou de novos recursos tecnonaturais, converteu-se na vantagem comparativa mais segura para essas nações. O aumento de formas de turismo que privilegiam “o natural”, assim como também a explosão do turismo sexual como fonte de intercâmbio comercial e da prostituição como estratégia de sobrevivência pessoal, expressam um vínculo entre a naturalização da racionalidade do mercado e a mercantilização não regulada de corpos e poderes humanos e naturais. Mesmo nos casos em que os recursos naturais se transformam no fundamento de um modelo de desenvolvimento neoliberal baseado na expansão das indústrias e serviços relacionados entre si, como o demonstra o “êxito” do Chile, esta estratégia pode produzir índices relativamente altos de crescimento econômico, mas ao custo de uma aguda polarização social e preocupante desnacionalização (Moulian, 1997).

Em alguns aspectos, poderíamos ver este processo de *reprimarização* como uma regressão às formas de controle coloniais baseadas na exploração de produtos primários e de força de trabalho de baixo custo. No entanto, este processo está-se dando num contexto tecnológico e geopolítico que transforma o modo de exploração da natureza e do trabalho. Se na globalização colonial se necessitou de um controle político direto para organizar a produção de bens primários e regular o comércio dentro de mercados restritos, na globalização neoliberal a produção não regulada e a livre circulação de bens primários num mercado aberto exige o desmantelamento relativo do controle estatal; é necessário enfatizar que o *striptease* do Estado de bem-estar anda junto com toda uma nova estrutura estatal orientada a apoiar o livre mercado. Anteriormente, a exploração de bens primários se levou a cabo através da mão visível da política; agora está organizada pela aparentemente invisível mão do mercado, em combinação com a menos destacada, mas não menos necessária, ajuda do Estado (para um argumento relacionado com a centralidade do papel do Estado atualmente ver Weiss, 1998).

Anteriormente a este período de globalização neoliberal, os Estados pós-coloniais procuraram regulamentar a produção de bens primários. Durante o período de crescimento econômico promovido pelo Estado, posterior à II Guerra Mundial (mais ou menos entre as décadas de 40 e 70), muitas nações do Terceiro Mundo utilizaram o dinheiro obtido de seus bens primários para diversificar suas estruturas produtivas. A produção primária, freqüentemente definida como uma atividade nacional “básica”, foi cuidadosamente regulada e colocada sob controle doméstico. Entretanto, à medida que o mercado se foi transformando no princípio organizador dominante da vida econômica, este impôs sua racionalidade à sociedade, naturalizando a atividade econômica e convertendo as mercadorias em coisas estreitamente definidas como “econômicas”, aparentemente despojadas de vínculos sociais e de significado político.

III. Riqueza e globalização neoliberal

Um sintoma revelador do crescente domínio da racionalidade do mercado é a tendência não só a tratar todas as formas de riqueza como capital na prática, mas a conceitualizá-las como tais em teoria. Por exemplo, enquanto o Banco Mundial, seguindo uma prática convencional, definiu “patrimônio produzido” (*produced assets*) como a “medida tradicional da riqueza”, agora sugere que incluamos também “o capital natural” e “os recursos humanos” como elementos constitutivos da riqueza. Em dois livros recentes, o primeiro *Monitoring Environmental Progress* (The World Bank, 1995), e o segundo *Expanding the Measures of Wealth: Indicators of Environmentally Sustainable Development* (The World Bank, 1997), o Banco Mundial propõe que esta reconceitualização seja vista como uma mudança paradigmática na medição da riqueza das nações e na definição dos objetivos de desenvolvimento. De acordo com o Banco Mundial, ampliar a medição da riqueza está relacionado com um novo “paradigma de desenvolvimento econômico”. Agora os objetivos de desenvolvimento devem ser atingidos mediante o gerenciamento pelo *portfolio*, cujos elementos constitutivos são recursos naturais, patrimônio produzido e recursos humanos (The World Bank, 1995; 1997). Ironicamente, na medida em que a natureza está sendo privatizada e passa a um número menor de donos, está sendo redefinida como o “capital natural” de nações desnacionalizadas, governadas pela racionalidade do mercado global.

Poder-se-ia argumentar que este novo “paradigma” somente reformula uma concepção mais antiga de acordo com a qual a terra, o trabalho e o capital são fatores de produção. No meu ponto de vista, o que parece significativamente novo é a intenção de homogeneizar estes fatores como distintas formas de capital, de conceber os recursos naturais, patrimônio produzido e os recursos humanos diretamente como capital. Ao omitir suas diferenças e incluí-los na categoria abstrata de “capital”, estes recursos são tratados como elementos equivalentes, constitutivos de um *portfolio*. Em determinado nível, tratar as pessoas como capital conduz a sua valorização como uma fonte de riqueza. De fato, a frase inicial do segundo relatório coloca a

ênfase nesse fato: “Os recursos naturais contam, mas as pessoas contam ainda mais. Esta é a primeira lição que se deve aprender dos novos cálculos contidos neste relatório, relativo à riqueza das nações” (The World Bank, 1997: 1). Contudo, as pessoas podem “contar mais” ou “menos” que os recursos naturais apenas em termos de uma perspectiva que os equipare; o valor das pessoas pode ser comparado ao valor das coisas somente porque ambos foram reduzidos a capital. A definição das pessoas como capital quer dizer que o cuidado que se lhe dispensa é o mesmo que se dá ao capital.

A noção de *portfolio* já implica a necessidade de maximizar os benefícios. Em vez de um processo intrinsecamente político que se ocupe da contenda social acerca da definição de valores coletivos, os objetivos de desenvolvimento têm relação com o “gerenciamento” de *portfolios* e de “especialistas”. A técnica do mercado substitui a política. O atual “paradigma” de desenvolvimento do Banco Mundial sugere que os agentes de desenvolvimento sejam como corretores da bolsa, que o desenvolvimento seja uma espécie de aposta num mercado arriscado, em vez de um imperativo fundamentalmente moral¹².

Essa redefinição da riqueza como um *portfolio* de distintas formas de capital adquire novo significado no contexto de um mercado global neoliberal. Num perspicaz livro que examina a evolução conjunta do mercado e do teatro na Inglaterra desde o século dezesseis até o século dezoito, Jean C. Agnew (1986) argumenta que o “mercado” durante este período deixou de ser um lugar para transformar-se num processo –de lugares fixos nos interstícios de uma sociedade feudal a um fluir de transações dispersas por todo o mundo. Nesta transformação de lugar para processo, o mercado permaneceu, no entanto, dentro dos limites de um espaço geográfico familiar.

Analistas da globalização têm notado como suas formas contemporâneas causam não a ampliação do mercado num espaço geográfico, mas sua concentração num espaço social. Enquanto o capital internacional se torna mais móvel e se separa de suas localizações institucionais anteriores, argumenta Hoogvelt (1997: 145), “a relação centro-periferia está-se transformando numa relação social, em vez de uma relação geográfica”. Esta transformação de um capitalismo em expansão geográfica para um economicamente implosivo está sendo impulsionado por um “aprofundamento financeiro”, isto é, pelo crescimento e também pela concentração das transações financeiras e seu domínio sobre o comércio em bens materiais (Hoogvelt, 1997: 122).

Uma série de artigos do *The New York Times* sobre globalização em fevereiro de 1999 confirmam essa análise e ressaltam o significado do distanciamento crescente das transações financeiras do comércio de bens verdadeiros: “Num dia típico, a quantidade total de dinheiro que muda de mãos somente no mercado internacional é de u\$s 1,5 trilhão –um aumento de oito vezes desde 1986– uma soma quase incompreensível, que equivale ao comércio total mundial de quatro meses”. Os autores citam um banqueiro de Hong Kong: “Já não é a verdadeira economia que impulsiona os mercados financeiros, mas sim o mercado financeiro que impulsiona a verdadeira economia”. De acordo com eles, a quantidade de capital de investimento “explodiu”: em 1995 os investidores institucionais controlavam u\$s 20 trilhões, dez vezes mais que em 1980. Como resultado, “a economia global já não está dominada pelo comércio de carros nem de aço e trigo, mas pelo comércio de ações, bônus e moedas”. À medida que os capitais nacionais se fundem num mercado de capital global, esta riqueza ignora mais e mais o Estado. É significativo que estes investimentos se canalizam através de derivados, os quais têm crescido exponencialmente: em 1997 se comercializaram por um valor de u\$s 360 trilhões, cifra que equivale a doze vezes a totalidade da economia global (*The New York Times*, 15/2/1999, A1).

No meu ponto de vista, o aprofundamento financeiro implica uma transformação significativa do mercado: não apenas sua concentração num espaço social, mas também sua extensão no tempo. Hoje em dia o capital viaja além das limitações das fronteiras geográficas que definiram a cartografia da modernidade, em direção ao ciberespaço, ou seja, em direção ao tempo. Esta expansão temporal do mercado, ou se se preferir, sua extensão em direção ao ciberespaço –talvez um passo além do que Harvey e outros descrevem como a transformação de tempo em espaço– dá um novo significado à redefinição da natureza como capital. Desta maneira, não se trata somente de que cada vez mais a riqueza está em menos mãos, em grande parte livre do controle público, e sim que nestas mãos a riqueza está sendo transformada através de um processo de crescente homogenização e abstração.

Considero útil definir este processo como a “transmaterialização” da riqueza. Com isto não quero dizer a “desmaterialização da produção”, ou seja, uma pretendida diminuição na intensidade do uso de matéria-prima (Kouznetov, 1988: 70), e sim a transfiguração da riqueza através da cada vez mais abstrata conversão em mercadoria de seus elementos no tempo e no espaço. Um artigo da revista *Time* (Ramo, 1998) sobre o futuro do dinheiro ressalta a importância tanto das novas formas de riqueza como das novas maneiras de pensá-las. A riqueza, segundo este artigo, está sendo tratada pelos investidores cada vez menos como bens

tangíveis, mas como riscos assumidos frente a eles, tais como os *derivados*. A “Magna Carta” desta nova forma de conceituar a riqueza, sugere o autor, é um discurso de Charles Sanford em 1993, nesse momento Diretor Executivo (CEO) do Bankers Trust.

Nesse impressionante documento, intitulado *Financial Markets in 2020*, Sanford reconhece a nova complexidade da atual situação. Ao mesmo tempo em que assinala que a realidade está mudando mais rapidamente que nossas categorias, proclama, muito seguro de si mesmo, que através de uma combinação de arte e ciência o mundo corporativo, incluindo suas próprias universidades, produzirá teorias capazes de explicar as mudanças que estão atualmente redefinindo o mundo. Utiliza o ano de 2020 para expressar suas expectativas de uma visão perfeita e como estimativa de quando ela será atingida. Apesar da imagem embaçada do presente, Sanford já pode vislumbrar que essa visão perfeita implicará uma mudança radical de perspectiva: “Estamos começando de um ponto de vista newtoniano que opera no âmbito de objetos tangíveis (resumidos por dimensão e massa), em direção a uma perspectiva mais de acordo com o mundo caótico e não-linear da física quântica e da biologia molecular” (Sanford, 1994: 6). Partindo desta analogia com a física quântica e a biologia moderna, ele chama esta reconceitualização teórica de *particle finance*.

Estas “finanças de partícula” permitirão às instituições financeiras consolidar toda sua riqueza e investimentos em “contas de riqueza”, e fragmentar estas contas em partículas de risco derivadas do investimento original, as quais podem ser vendidas como pacotes numa rede global computarizada. Para ajudar-nos a visualizar a natureza da mudança, Sanford diz: “Sempre tivemos transporte –as pessoas caminhavam, eventualmente montaram em burros– mas o automóvel foi uma ruptura com tudo o que o precedeu. O gerenciamento de risco fará o mesmo com as finanças. É uma ruptura total” (Ramo, 1998: 55). Fazendo eco a Sanford, o autor do artigo da *Time* observa que os derivativos, uma das formas principais de gerenciar o risco, “mudaram as regras do jogo para sempre” (Ramo, 1998: 55). Para imaginarmos este novo jogo, ele nos pede que “imaginemos o mundo como uma paisagem de oportunidades –tudo, desde os bens de raiz em perigo do Japão, até os valores futuros (*futures*) do petróleo russo– é colocado no mercado e viabilizado por bancos gigantes como Bankamerica, ou por companhias financeiras como Fidelity Investments e o Vanguard Group” (Ramo, 1998). O exemplo dos “bens de raiz em perigo do Japão” e “os valores futuros do petróleo russo” são exemplos gerais, poderiam igualmente representar os valores futuros dos aromas do Gabão, o turismo de Cuba, a dívida externa da Nigéria, ou qualquer coisa ou fragmento de coisa que possa ser transformada em mercadoria. Fazendo eco a Sanford, Ramo, da *Time*, afirma que “o dinheiro E-(letrônico), as contas de riqueza, e os derivativos dos consumidores farão com que estas firmas sejam tão essenciais como o era antes a moeda”. Estas mudanças farão com que tais empresas capitalistas sejam tão indispensáveis que se tornarão eternas: “se a imortalidade do mercado pode ser comprada”, conclui o artigo, “estas são as pessoas que verificarão como atingir isso. E o estarão fazendo com seu dinheiro” (Ramo, 1998: 58).

IV. Globocentrismo

Ainda que talvez esta visão corporativa seja hiperbólica e reflita as mudanças que ela mesma deseja produzir de uma perspectiva interessada, ajuda a visualizar as transformações na geopolítica do poder mundial que discuti até agora. Do meu ponto de vista, há dois processos que estão mudando os vértices do poder imperial, de um lugar central na “Europa” ou o “Ocidente” a uma posição menos identificável no “globo”. Por um lado, a globalização neoliberal homogeneizou e fez abstratas e diversas formas de “riqueza”, incluindo a natureza, que se converteu para muitas nações em sua vantagem comparativa mais segura e sua fonte de renda; por outro lado, a desterritorialização da “Europa” ou do Ocidente, conduziu a sua reterritorialização menos visível na figura esquiva do mundo, a qual esconde as socialmente concentradas, mas mais geograficamente difusas, redes transnacionais financeiras e políticas que integram as elites metropolitanas e periféricas. Neste contexto, a ascensão da “Eurolândia” não deve eclipsar sua articulação e proximidade com a “Dolarlândia”. A “transparência” solicitada pelos propulsores do livre mercado não inclui uma visibilidade pública nem uma responsabilidade com relação às hierarquias de mando emergentes do poder econômico e político global.

Estes dois processos inter-relacionados estão vinculados a um grande número de transformações culturais e políticas que articulam e representam as relações entre diferentes culturas, mercados, nações e populações. É obvio afirmar que estes processos afetam as nações de diferentes maneiras. No entanto, parece-me que implicam uma mudança na maneira como a nação era considerada, como unidade fundamental de identificação política e cultural coletiva no mundo moderno. A imagem do globo prescinde da noção de externalidade. Desloca o *locus* das diferenças culturais de outros povos altamente ocidentalizados,

localizados geograficamente longe dos centros metropolitanos, a populações difusas, dispersas por todo o mundo, inclusive no interior do já velho “primeiro mundo”. Este processo não deixa de ser contraditório. As nações abriram-se ao fluxo de capital, mas se fecharam ao movimento dos pobres. Enquanto a grande maioria da população pobre tem uma mobilidade social limitada ou inexistente, e estas pessoas são vistas não tanto nos termos das unidades jurídicas ou políticas que formaram a cartografia da modernidade (predominantemente Estados-nação agrupados em regiões modernas e atrasadas), e sim em termos de critérios étnicos, religiosos, ou de classe. Sem dúvida, as nações continuarão sendo unidades políticas fundamentais e fonte de imaginações comunais nos anos vindouros (particularmente as nações metropolitanas), mas os critérios “culturais” supranacionais e não-nacionais, do meu ponto de vista, desempenharão um papel cada vez mais importante como definidores das identidades coletivas (particularmente nas nações do Segundo e Terceiro Mundo). O que está em jogo não é o desaparecimento do Estado-nação, e sim sua redefinição. Os Estados que foram obrigados a fazer um *striptease* podem ser levados a vestir roupa nova através da pressão de sujeitos descontentes ou da ameaça de um revés político. A preocupação crescente com os efeitos políticos da pobreza global no nível mais alto do sistema internacional, como ficou evidente nas recentes reuniões do Banco Mundial, do FMI e do G7, pode conduzir a uma reconceitualização do papel do mercado e dos Estados. Como escudo contra os efeitos negativos da globalização, o nacionalismo poderia ainda adquirir uma nova vida.

Desde a conquista das Américas, os projetos de cristianização, colonização, civilização, modernização e o desenvolvimento configuraram as relações entre a Europa e suas colônias em termos de uma oposição nítida entre um Ocidente superior e seus outros inferiores. Em contraste, a globalização neoliberal evoca a imagem de um processo indiferenciado, sem agentes geopolíticos claramente demarcados ou populações definidas como subordinadas por sua localização geográfica ou sua posição cultural; oculta as fontes de poder altamente concentradas das quais emerge e fragmenta as maiorias que atinge.

Como responder a esta aparente mudança de “Europa” e “Ocidente” ao “globo”, como o *locus* de poder e de progresso? Em face desta mudança, como desenvolver uma crítica ao eurocentrismo? Se o ocidentalismo se refere de uma maneira mais ou menos ampla às estratégias imperiais de representação de diferenças culturais estruturadas nos termos de uma oposição entre o Ocidente superior e seus outros subordinados, a hegemonia atual do discurso de globalização sugere que este constitui uma modalidade de representação ocidentalista particularmente perversa, cujo poder repousa, em contraste, em sua capacidade de ocultar a presença do Ocidente e de apagar as fronteiras que definem seus outros, definidos agora menos por sua alteridade que por sua subalternidade.

Argumentei que a crítica ao ocidentalismo tenta iluminar a natureza relacional de representações de coletividades sociais com o intuito de revelar sua gênese em relações de poder assimétricas, incluindo o poder de ocultar sua origem na desigualdade, de apagar suas conexões históricas e, dessa maneira, apresentar, como atributos internos de entidades isoladas e separadas, o que de fato é o resultado da mútua conformação de entidades historicamente inter-relacionadas (Coronil, 1996; 1999). Dada a ampla influência do discurso da globalização, penso que é necessário estender a crítica do eurocentrismo à crítica do globocentrismo.

O globocentrismo, como modalidade do ocidentalismo, também se refere a práticas de representação implicadas na submissão das populações não ocidentais, mas neste caso sua submissão (como a submissão de setores subordinados dentro do Ocidente) aparece como um efeito do mercado, em vez de aparecer como consequência de um projeto político (ocidental) deliberado. Em contraste com o eurocentrismo, o globocentrismo expressa a persistente dominação ocidental através de estratégias representacionais que incluem: 1) a dissolução do Ocidente no mercado e sua cristalização em nódulos de poder financeiro e político menos visíveis mas mais concentrados; 2) a atenuação de conflitos culturais através da integração de culturas distantes num espaço global comum; e 3) uma mudança da alteridade à subalternidade como a modalidade dominante de estabelecer diferenças culturais. Na medida em que o “Ocidente” se dissolve no mercado, funde-se e solidifica-se ao mesmo tempo; a diferença cultural agora se baseia menos em fronteiras territoriais que através de vínculos de identificação e diferenciação com a ordem ocidental tal como este aparece difundido através do globo.

Dado que o mercado apresenta-se como uma estrutura de possibilidades e não como um regime de dominação, este cria a ilusão de que a ação humana é livre e não limitada. Resultados como a marginalização, o desemprego e a pobreza aparecem como falhas individuais ou coletivas, e não como efeitos inevitáveis de uma violência estrutural. A crítica ao globocentrismo nasce do reconhecimento da conexão entre a violência colonial e pós-colonial. Da mesma maneira que a globalização apresenta uma continuidade em relação ao colonialismo, a crítica ao globocentrismo se baseia na crítica ao eurocentrismo. As mesmas condições globais

que fazem com que a globalização seja um objeto de estudo criam a possibilidade de vincular um exame dos colonialismos do norte de Europa, a preocupação central dos estudos pós-coloniais nos centros metropolitanos, com a análise do colonialismo e do neocolonialismo, um tema fundamental no pensamento latino-americano e caribenho.

A globalização deve ser vista como um processo contraditório que inclui novos campos de luta teórica e prática. Diferentemente de outras estratégias de representação ocidentalistas que ressaltam a diferença entre o Ocidente e seus outros, a globalização neoliberal evoca a igualdade potencial e a uniformidade de todas as pessoas e culturas. Na medida em que a globalização funciona reinscrevendo as hierarquias sociais e padronizando as culturas e os hábitos, esta funciona como uma modalidade particularmente perniciosa de dominação imperial. Mas, na medida em que descentraliza o Ocidente, apaga as diferenças entre os centros e as periferias e postula, ao menos em princípio, a fundamental igualdade de todas as culturas, a globalização promove a diversidade e representa uma forma de universalidade que pode prefigurar sua realização mais plena. Da mesma maneira que a proclamação da igualdade e da liberdade durante a Revolução Francesa foi tomada literalmente pelos escravos do Haiti e foi redefinida por suas ações ao impor a abolição da escravidão (Dubois, 1998), os ideais de igualdade e diversidade declarados no discurso da globalização podem abrir espaços para lutas libertadoras (bem como podem produzir reações conservadoras, como ocorreu na França e no Haiti).

Em espaços sociais dependentes de condições globais, as identidades coletivas estão-se construindo de formas inéditas através de uma articulação complexa de fontes de identificação tais como a religião, territorialidade, raça, classe, etnicidade, gênero e nacionalidade, mas agora esta articulação está condicionada por discursos universais de direitos humanos, leis internacionais, ecologia, feminismo, direitos culturais e outros meios de fazer respeitar as diferenças dentro da igualdade (Sassen, 1998; Álvarez, Dagnino e Escobar, 1998).

O processo de globalização está desestabilizando não só as fronteiras geográficas e políticas, mas também os protocolos disciplinares e seus paradigmas teóricos. A globalização evidencia os limites da divisão entre a modernidade e a pós-modernidade, bem como as oposições entre o material e o discursivo, o econômico e o cultural, a determinação e a contingência, o todo e os fragmentos que continuam influenciando nossas práticas disciplinares. Mais que nunca, assim como os fenômenos locais não podem ser compreendidos fora das condições globais em que se desenvolvem, os fenômenos globais não podem ser compreendidos sem explicar as forças locais que os sustentam. Com sorte, o esforço de dar sentido à relação entre o que, por falta de melhor expressão, chamamos de a dialética entre localização e globalização no contexto de condições de conhecimento e produção globalizadas, ao descentralizar as epistemologias do Ocidente e ao reconhecer outras alternativas de vida, produzirá não só imagens mais complexas do mundo, mas também modos de conhecimento que permitam uma melhor compreensão e representação da própria vida.

A globalização neoliberal obriga a aprofundar e pôr em dia a tentativa dos críticos pós-coloniais de provincializar a Europa e de questionar sua universalidade. Ao mesmo tempo em que se une a essa tarefa, a crítica ao globocentrismo deverá igualmente reconhecer a rica diferenciação do mundo e mostrar a altamente desigual distribuição de poder que inibe sua imensa diversidade cultural. Uma crítica que desmitifique as afirmações universalistas do discurso de globalização mas que reconheça seu potencial libertador, deveria tornar menos tolerável a destruição da natureza e a degradação das vidas humanas por parte do capitalismo. Esta crítica será desenvolvida em diálogo com idéias surgidas nos espaços nos quais se imaginam futuros alternativos para a humanidade, seja em "focos de resistência" ao capital, em lugares ainda livres de sua hegemonia, ou no seio de suas contradições internas.

A mágica do imperialismo contemporâneo reside em conjurar seu próprio desaparecimento fazendo com que o mercado apareça como a personificação da racionalidade humana e da felicidade. Os discursos dominantes da globalização oferecem a ilusão de um mundo homogêneo que avança constantemente em direção ao progresso. Mas a globalização está intensificando as divisões da humanidade e acelerando a destruição da natureza. Os estudos pós-coloniais deveriam enfrentar as seduções e promessas da globalização neoliberal. Esta tarefa é inseparável da procura de uma construção alternativa do progresso alentada pela esperança de um futuro no qual todos os seres humanos possam ocupar um lugar digno num planeta que todos compartilhamos provisoriamente.

Bibliografia

- Agnew, Jean Christophe 1986 *Worlds Apart: The Market and the Theater in Anglo-American Thought, 1550-1750* (Cambridge: Cambridge University Press).
- Álvarez, Sonia E.; Dagnino, Evelina and Escobar, Arturo 1998 *Culture of Politics, Politics of Cultures* (Boulder: Westview Press).
- Amin, Samir 1997 *Capitalism in the Age of Globalization: the Management of Contemporary Society* (Londres: Zed Books).
- Amin, Samir 1998 *Specters of Capitalism: A Critique of Current Intellectual Fashions* (Nova Iorque: Monthly Review Press).
- Arrighi, Giovanni 1994 *The Long Twentieth Century* (Londres: Verso). [Edição em português: 1996 *O longo século XX* (São Paulo: UNESP)].
- Comaroff, Jean and Comaroff, John 1999 "Occult Economies and the Violence of Abstraction: Notes from the South African Postcolony" in *American Ethnologist* (University of California Press) Vol. 26, Nº 2.
- Corbridge, Stuart; Martin, Ron and Thrift, Nigel (eds.) 1994 *Money, Power and Space* (Oxford: Blackwell).
- Coronil, Fernando 1995 "Transculturation and the Politics of Theory: Countering the Center, Cuban Counterpoint" in Ortiz, Fernando *Cuban Counterpoint. Tobacco and Sugar* (Durham: Duke University Press).
- Coronil, Fernando 1996 "Beyond Occidentalism: towards Nonimperial Geohistorical categories" in *Cultural Anthropology*, Vol. 11, Nº 1.
- Coronil, Fernando 1997 *The Magical State. Nature, Money and Modernity in Venezuela* (Chicago: The University of Chicago Press).
- Coronil, Fernando 1999 "Mas allá del occidentalismo: hacia categorías históricas no imperiales" em *Casa de las Américas* (La Habana) Nº 206, janeiro-março.
- Coronil, Fernando and Skurski, Julie 1991 "Dismembering and remembering the nation: the semantics of political violence in Venezuela" in *Comparative Studies in Society and History*, Vol. 33, Nº 2.
- Debeir, Jean-Claude; Deléage, Jean-Paul and Hémerly, Daniel (eds.) 1991 *In the Servitude of Power. Energy and Civilization Through the Ages* (Londres: Zed Books).
- Doctoral Program in Anthropology and History 1999 *Touching Ground. Descent into the Material/Cultural Divide* (Ann Arbor) April. Working Papers for the Conference Organized by the Doctoral Program in Anthropology and History, University of Michigan.
- Dubois, Laurent 1998 *Les Esclaves de la République. L'histoire oubliée de la première émancipation, 1789-1794* (Paris: Calman-Levy).
- Dussel, Enrique 1995 *1492: El encubrimiento del otro. Hacia el origen del mito de la modernidad* (Madri: Nueva Utopía).
- Escobar, Arturo 1997 "Cultural Politics and Biological Diversity: State, Capital and Social Movements in the Pacific Coast of Colombia" in Lowe, Lisa and Lloyd, David (eds.) *The Politics of Culture in the Shadow of Capital* (Durham: Duke University Press).
- Greider, William 1997 *One World, Ready or Not: The Manic Logic of Global Capitalism* (Nova Iorque: Simon & Schuster).
- Harvey, David 1989 *The Condition of Postmodernity* (Oxford: Blackwell).
- Henwood, Doug 1997 *Wall Street: How it Works and for Whom* (Londres: Verso).
- Hirst, Paul and Thompson, Grahame 1996 *The Globalization in Question: The International Economy and the Possibilities of Governance* (Cambridge: Polity Press).
- Hoogvelt, Ankie 1997 *Globalization and the Postcolonial World. The New Political Economy of Development*

(Baltimore: The Johns Hopkins University Press).

Kouznetsov, Alexander 1988 "Materials technology and trade implications" in *Material Technology and Development* (Nova Iorque: Nações Unidas).

Lefebvre, Henry 1974 *La production de l'espace* (Paris: Anthropos).

López Segrera, Francisco (ed.) 1998 *Los retos de la globalización* (Caracas: Unesco) Tomos I e II.

Subcomandante Marcos 1997 "La 4e guerre mondiale a commencé" em *Le Monde diplomatique* (Paris) agosto.

Marx, Carlos 1967 *Capital* (Nova Iorque: International Publishers).

Marx, Carlos 1971 *El capital. Crítica de la economía política* (México: Fondo de Cultura Económica) Vol. III.

Marx, Carlos 1981 *Capital* (Nova Iorque: Vintage Books) Vol. III.

Massey, Doreen 1998 "Imagining globalization: power-geometries of time-space" in *Future Worlds Migration, Environment and Globalization* (Londres: Macmillan Press).

Mignolo, Walter 1995 *The Darker Side of the Renaissance. Literacy, Territoriality and Colonization* (Ann Arbor: The University of Michigan Press).

Mignolo, Walter 1999 "Coloniality of power and the colonial difference". Trabalho apresentado na segunda conferência anual do Grupo de Trabalho sobre Colonialidade na Universidade de Binghamton.

Mintz, Sidney 1985 *Sweetness and Power. The Place of Sugar in Modern History* (Nova Iorque: Penguin Books).

Moulian, Tomás 1997 *Chile actual: anatomía de un mito* (Santiago: ARCIS).

O'Connor, Martin (ed.) 1994 *Is Capitalism Sustainable? Political Economy and the Politics of Ecology* (Nova Iorque: The Guilford Press).

Pletsch, Carl 1981 "The Three Worlds, or the division of social scientific labor, circa 1950-1975" in *Comparative Studies in Society and History*, Vol. 23, Nº 4.

Quijano, Aníbal 1992 "'Raza', 'etnia', 'nación' en Mariátegui: cuestiones abiertas" em Roland Forgues (ed.) *José Carlos Mariátegui y Europa. La otra cara del descubrimiento* (Lima: Amauta).

Ramo, Joshua Cooper 1998 "The Big Bank Theory. What it says about the future of money" in *Time*, 27 de abril.

Reich, Robert 1991 *The Work of Nations. Preparing Ourselves for 21st Century Capitalism* (Nova Iorque: A. A. Knopf).

Robertson, Roland 1992 *Globalization: Social Theory and Global Culture* (Londres: Sage Publications).

Salleh, Ariel 1994 "Nature, Woman, Labor, Capital: Living the Deepest Contradiction" in O'Connor, Martin (ed.) *Is Capitalism Sustainable? Political Economy and the Politics of Ecology* (Nova Iorque: The Guilford Press).

Sanford, Charles 1994 "Financial markets in 2020" in *Federal Reserve Bank of Kansas City*.

Sassen, Saskia 1998 *Globalization and Its Discontents* (Nova Iorque: The New Press).

Simons, Marlene 1999 "Eau de rain forest" in *New York Times Magazine* (Nova Iorque) 2 de maio.

Stoler, Ann 1995 *Race and the Education of Desire* (Durham: Duke University Press).

Strange, Susan 1986 *Casino Capitalism* (Oxford: Blackwell).

The United Nations 1997 *Trade and Development Report, 1997* (Nova Iorque).

The World Bank 1995 *Monitoring Environmental Progress. A report on Work in Progress* (Washington).

The World Bank 1997 *Expanding the Measure of Wealth. Indicators of Environmentally Sustainable Development* (Washington).

Verdery, Katherine 1996 *What Was Socialism and What Comes Next?* (Princeton: Princeton University Press).

Weiss, L. 1998 *The Myth of the Powerless State* (Ithaca: Cornell University Press).

Notas

* Professor de antropologia e história, Departamento de Antropologia, Universidade de Michigan.

1 Uma versão anterior deste trabalho foi apresentada no painel organizado por Edgardo Lander para o Congresso Internacional de

Sociologia de Montreal. Quero agradecer-lhe por animar-me a apresentar este trabalho e por ter a paciência de permitir-me transformá-lo. Também gostaria de agradecer ao grupo de estudos sobre o colonialismo da Universidade de Nova Iorque em Binghamton, onde apresentei uma versão deste trabalho. Meus profundos agradecimentos aos integrantes de meu seminário de pós-graduação, A Globalização e o Ocidentalismo, inverno de 1999, por seus úteis comentários sobre este trabalho e pelas interessantes discussões durante todo o semestre. Agradeço enormemente pelos comentários detalhados de Genese Sodikoff, Elizabeth Ferry e María González. Obrigado também a Julie Skurski por suas agudas observações.

2 Os meios de comunicação têm servido como a principal via dos discursos celebratórios da globalização, desde os anúncios publicitários até as canções. Esta tendência ganhou adeptos com a expansão das corporações multinacionais dos anos sessenta e intensificou-se com a queda do mundo socialista e a conseqüente hegemonia do neoliberalismo.

3 É impossível fazer uma lista da imensa e sempre crescente bibliografia sobre a globalização ou representar acertadamente suas distintas matizes e perspectivas. Entre os autores que usei neste trabalho e que, de uma ou outra maneira, interpretaram a globalização como um fenômeno complexo, mesmo que às vezes não estejam de acordo com respeito à sua novidade ou características, encontram-se os seguintes: Amin (1997; 1998), Arrighi (1994), Dussel (1995), Greider (1997), Harvey (1989), Henwood (1997), Hirst e Thompson (1996), Hoogvelt (1997), López Segrera (1998), Massey (1998), Sassen (1998), Robertson (1992) e Weiss (1998).

4 Alguns marxistas, no entanto, notaram a importância da renda da terra com relação a certos aspectos do capitalismo, tais como bens de raiz urbanos, mas poucos o utilizaram para conceitualizar seu desenvolvimento. Ao refletir sobre a teoria marxista da renda da terra, Debeir, Délage e Hémerly notaram que a relação “sociedade/natureza era considerada apenas num contexto exclusivamente de teoria econômica, o da renda da terra” (1991: xiii). Sua intenção está dirigida a ver essa relação nos termos de uma conceitualização do uso de energia mais geral. Do meu ponto de vista, a relação renda/terra (assim como trabalho/salário e capital/benefício) não deve ser reduzida a “uma teoria puramente econômica”. Uma análise holística da renda da terra revelaria suas muitas dimensões, que incluem as transformações dos atores envolvidos no uso cambiante de energia.

5 Para exposições representativas destes pontos de vista, ver a coletânea de artigos em O'Connor (1994).

6 O uso da palavra “terrissada” está influenciado pela conferência “Tocando a Terra”, organizada pelos estudantes do Programa de Doutorado em Antropologia e História, Universidade de Michigan, abril, 1999. A conferência tentava superar, como indica sua declaração de intenções, um “hábito pré-existente de separar a análise cultural da econômica e a simbólica da material. A análise textual e discursiva, mesmo quando suscita um contexto material para leituras de conteúdo cultural, tende a evitar dirigir-se diretamente ao estudo e à teorização de tal fenômeno como o trabalho, a estrutura e a prática da dominação política e da exploração econômica, e a organização do patriarcado” (Doctoral Program in Anthropology and History, 1999).

7 Por exemplo, Mignolo (1995) e Quijano (1992).

8 Muitos teóricos examinaram a relação entre colonialismo e racialização. Estes comentários baseiam-se fundamentalmente no trabalho de Quijano (1992), Mignolo (1999) e Stoler (1995).

9 O “Terceiro Mundo” como categoria emergiu do processo de descolonização que se seguiu à Segunda Guerra Mundial; como resultado, o Terceiro Mundo se transformou no campo de batalha militar e ideológica entre o Primeiro Mundo capitalista e o Segundo Mundo socialista. Agora que esse combate praticamente terminou, os países do que era chamado de Terceiro Mundo já não são os objetos do desejo e da competição dos poderes políticos, e sim atores que se acomodam com dificuldade num mercado mundial competitivo. Para uma discussão esclarecedora do esquema dos três mundos, ver Pletsch (1981).

10 Ambos os relatórios sobre a globalização que examinei aqui apresentam evidências da existência de uma brecha crescente entre os ricos e os pobres nas nações metropolitanas. Uma reveladora resposta a tal polarização é o trabalho *The Work of Nations* de Robert Reich (1991), no qual defende a necessidade de integrar os setores internacionalizados e os domésticos da população dos EUA.

11 Meu agradecimento a Genese Sodikoff por permitir-me o uso deste artigo.

12 Agradeço a Genese Sodikoff por estas formulações.